



IPHAN aponta que a prefeitura criou vagas em áreas protegidas

Paraty cumpre determinação judicial sobre vagas no Centro

A Prefeitura de Paraty, cidade na região da Costa Verde, publicou uma nota nesta última terça-feira (16) para informar o cumprimento de uma determinação da Justiça Federal após ação movida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que resultou na proibição de estacionamento em trechos específicos do Centro Histórico e da localidade da Terra Nova. A medida visa preservar o patrimônio, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil para o município, que recorreu e seguem em tramitação em instâncias superiores. As vias afetadas com se tratam da Rua Aurora, Largo de Santa Rita, Rua Dr. Pereira, Cais de Turismo, Terra Nova, Largo da Capelinha e Rua Josephina Costa. Em novembro, o jornal Tempo Real publicou que o processo apontou uma terraplanagem e destruição de vegetação de mangue para ampliação de vagas, mesmo após notificação do Iphan.

‘Ordem atual exige obediência’, diz nota

A criação das vagas, de acordo com a 1ª Vara Federal de Angra dos Reis, foram criadas em áreas protegidas. Em nota, o governo municipal afirmou que vai acatar a medida. “A Prefeitura atua no estrito cumprimento das decisões judiciais e das normas urbanísticas, priorizando a organização da cidade e a preservação do nosso patrimônio. Embora os recursos jurídicos sigam tramitando nas instâncias superiores, a ordem atual exige obediência imediata para resguardar o município”, concluiu a nota.



Prefeitura recorre em outra instância, mas vai acatar decisão

População questiona decisão da Justiça

Os moradores, no entanto, se mostraram contra a medida. “Na prática, parece esquecer justamente de quem deveria ser respeitado: os moradores. Por que os responsáveis por essa proibição não começam a fazer a preservação do Centro Histórico com a solução do problema dos esgotos jorrando nas ruas, o péssimo serviço prestado pela concessionária de energia elétrica Enel, a falta de lixeiras ao longo das ruas, ao péssimo calçamento. Nossa cidade não pode virar só apenas um lindo cartão postal”, afirmou uma moradora.

Moradora aponta falta de clareza

Outra moradora da cidade questionou sobre a como a medida afetará o trânsito de pessoas na área. “Como vai ser para pessoas que trabalham ou moram no Centro? Existem moradores idosos e pessoas com problemas de mobilidade que dependem diariamente do veículo por perto, precisamos também preservar as pessoas. Falta clareza se vai existir uma alternativa”, pontuou.

Iniciativas

Aliás, novos avanços no projeto do Centro de Interpretação do Patrimônio Mundial de Paraty. Uma sessão plenária foi realizada na Câmara Municipal da cidade na última semana para apresentar a iniciativa em um espaço de escuta ativa e diálogo com as comunidades tradicionais caiçaras e quilombolas do território.

Sobre o projeto

A Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM) é a entidade idealizadora, coordenadora e articuladora central do projeto, que será instalado no antigo prédio da Santa Casa de Misericórdia. O projeto está em fase de elaboração e debate com a comunidade, com os planos mais recentes apresentados em setembro.

Restauração

A iniciativa vai oferecer projetos completos de arquitetura e engenharia para a construção, restauração ou adaptação de prédios e os Municípios irão executar a implantação dos espaços. As ações nos Centros de Interpretação estão sendo viabilizadas por meio da Lei Rouanet, com patrocínio da Vale e do BNDES.

Cyberbullying

Verdadeiro “campo minado” para crianças e adolescentes, o mundo virtual requer uma série de cuidados por parte dos pais e responsáveis. Esse é o mote da campanha “Pais Conectados, Filhos Seguros”, instituída pela Lei nº4.790/2026, de autoria do vereador Roque Campeão da Saúde (MDB), voltada para o combate ao cyberbullying.

Alertas e riscos

A lei ainda se volta para o combate ao aliciamento virtual, à exposição indevida e às demais formas de violência digital contra menores de idade. A iniciativa visa alertar os pais para os riscos que o mundo virtual representa e incentivá-los a acompanhar as atividades dos filhos nesse ambiente.

Palestras e materiais

A norma determina que a campanha lance mão de palestras, oficinas e atividades educativas em escolas públicas e privadas; distribuição de materiais educativos; e parcerias com instituições de ensino, conselhos tutelares, órgãos de proteção à criança e ao adolescente e entidades da sociedade, com ações intensificadas no início do ano letivo.



Light apresenta Plano Verão na Prefeitura de Volta Redonda

Light apresenta em Volta Redonda plano para enfrentar El Niño

Fenômeno climático está previsto para os próximos meses de 2026 e 2027

Da **Redação**

O prefeito de Volta Redonda, Antonio Francisco Neto, recebeu uma equipe da Light Serviços de Eletricidade S/A e representantes de outros municípios da região para que a empresa concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica apresentasse o Plano Verão 2026/2027. O gerente de Operação e Manutenção da região da Light, Alfredo Brito, e a gerente de Relações Institucionais de empresa, Andreia Bastos, ficaram responsáveis pela apresentação.

O encontro teve como objetivo apresentar o planejamento da distribuidora, fortalecer a integração entre os municípios e alinhar ações voltadas à prevenção, mitigação de riscos e resposta a eventuais ocorrências relacionadas às condições climáticas severas.

A preocupação da Light é com as fortes chuvas e o calor intenso entre outubro deste ano e maio de 2027, por conta da presença forte do fenômeno climático natural El Niño. E as principais ações do Plano Verão da empresa são monitoramento eficaz do clima; melhor distribuição de recursos; reforço nos canais de comunicação com o clien-

te; prontidão dos recursos para atender as demandas; plano de comunicação com as comunidades; adoção de estratégias de logística; governança (implantação de sala de crise); e sincronismo operacional com o Poder Público.

Como medidas preventivas, já executadas, a empresa destacou podas preventivas de árvores; conserto na rede de distribuição; revisão em cabos subterrâneos e substituição de transformadores.

Durante o encontro, a parceria com o Poder Público foi enfatizada, principalmente no que diz respeito à poda de árvores e ainda ao tempo de resposta em caso de queda de energia. No modelo atual, a prefeitura é responsável pela poda preventiva, para que os galhos não atinjam a rede elétrica, e a Light faz a poda de afastamento da rede.

- Os municípios, muitas vezes, não têm condições de recolher o material gerado pelas podas de árvores feitas pela Light. Queria pedir, em nome de todos os prefeitos, que a empresa avaliasse a possibilidade de fazer esse serviço. E também que disponibilizasse, previamente, para a prefeitura uma programação dessas podas de árvores - pediu o prefeito, que ainda agradeceu pela presença da equipe.